



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO PREDIAL DO  
CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL, QUE ENTRE SI  
FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Proc. TRF2-EOF-2015/0062

**O Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Presidente, Exmo. Sr. Desembargador Federal Poul Erik Dyrlund**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_ estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu(sua) **Representante Legal, Sr(a).** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2015/00062, em consequência do Pregão Eletrônico nº 022/2015, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015, por despacho lavrado à fl. \_\_\_\_ do processo, FIRMAM o presente Contrato visando à *prestação de serviços especializados em manutenção predial preventiva e corretiva dos equipamentos, dos sistemas e das instalações prediais elétricas, hidrossanitárias, de prevenção contra e combate a incêndio e de proteção contra descargas atmosféricas, compreendendo o fornecimento de mão de obra, a serem executados nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em manutenção predial preventiva e corretiva dos equipamentos, dos sistemas e das instalações prediais elétricas, hidrossanitárias, de prevenção contra e combate a incêndio e de proteção contra descargas atmosféricas, compreendendo o fornecimento de mão de obra, a serem executados nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal, situado na Avenida Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2015 e seus Anexos I, II, III, IV, V e VI, e na forma estabelecida no presente Contrato.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS:** A Contratada deverá fornecer mão de obra qualificada apresentando, comprovação de habilidade para:

**2.1 - Encarregado de Manutenção:**

2.1.1- Curso de sistema operacional *Windows* e *Office (Word, Excel etc.)*, com certificado de conclusão;

2.1.2 - Curso de *Autocad* 2000 ou superior, com certificado de conclusão, devendo ser capaz de utilizar o *software* sem orientação externa em projetos.

2.1.3- Atender às necessidades de todo o complexo predial (entende-se como complexo predial a soma de todos os sistemas que compõem as instalações prediais) do Contratante, conforme discriminado a seguir:

2.1.3.1- Orientar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de manutenção predial.

2.1.3.2 - Vistoriar diariamente as instalações prediais, detectando problemas de manutenção encontrados na área de construção civil, sendo os problemas de pequeno porte resolvidos de imediato, com o acionamento dos profissionais especializados;

2.1.3.3 - Anotar os problemas e reportá-los ao contratante, documentando as ocorrências com relatório fotográfico, bem como dos serviços a serem executados e de todos os materiais necessários aos reparos; Também deverá apresentar a programação das respectivas manutenções corretivas, designando os profissionais, datas, horários etc.;

2.1.3.4 - Coordenar rotinas de manutenção, através da elaboração de planos de manutenção, cronogramas (diários/semanais/mensais), indicando tarefas de maior prioridade e o respectivo acompanhamento;

2.1.3.5 - Aplicar os conhecimentos teóricos e práticos de normas técnicas vigentes, simbologias, nomenclaturas e de desenhos técnicos prediais;

2.1.3.6 - Orçar materiais e serviços, utilizados em rotinas de manutenção, inclusive com elaboração de listagem de material em planilhas eletrônicas de cálculos, tipo *Excel*;

2.1.3.7 - Controlar pequenos estoques de materiais, rotineiramente utilizados na manutenção predial;

2.1.3.8 - Dominar qualquer tipo de informação essencial à execução dos serviços;

2.1.4 - Experiência mínima de 06 (seis) meses em manutenção predial, na função de encarregado de manutenção de nível médio em área de manutenção predial, com registro no CREA, com conhecimentos básicos em sistemas de instalações elétricas, instalações

hidrossanitárias, bem como em serviços de execução e acabamento de alvenaria, assentamento de pisos, pintura, instalação de forro de gesso em placas, edificações em geral e noções de serviços de escritório;

2.1.5 - Curso técnico completo em escola reconhecida pelo MEC, e experiência mínima de 06 (seis) meses em manutenção;

2.1.6 - Nível médio completo.

2.1.7 - Habilidade para leitura e compreensão de plantas baixas, cortes, detalhamentos, elevações e isométricos referentes a desenhos: arquitetônicos, de instalações hidrossanitárias, de instalações elétricas e de instalações estruturais.

## **2.2 - Bombeiro Hidráulico (plantão 12 x 36 h):**

2.2.1 - Formação em curso básico profissionalizante de encanador e instalador de tubulações (bombeiro hidráulico) com apresentação de certificado de conclusão comprobatório do SENAI ou escola similar, reconhecida pelo MEC;

2.2.2 - Experiência em carteira de, no mínimo, 06 (seis) meses, como Encanador e Instalador de Tubulações (Bombeiro Hidráulico) Prediais.

2.2.3 - Realizar a inspeção diária com manutenção preventiva e corretiva em forma de check list, aprovado pelo Contratante, incluso no Plano de Mestre de Manutenção, bem como cronograma de atividades diárias, semanais e mensais por profissional;

2.2.4 - Habilidade para realizar levantamento completo de materiais hidráulicos para serviços de manutenção corretiva e em novas instalações.

## **2.3 – Pedreiro:**

2.3.1 - Experiência em carteira de, no mínimo, 06 (seis) meses, como Pedreiro.

2.3.2 - Experiência mínima de 06 (seis) meses em confecção de alvenaria, concreto simples e armado, assentamento de pisos e revestimentos em geral, contrapisos, gesso acartonado, impermeabilizações, recomposição de placas de gesso, bem como possuir noções de pintura de alvenaria, acabamentos, esquadrias de madeira, ferro, tubulações e serralharia de modo geral.

2.3.3 - Realizar a inspeção diária com manutenção preventiva e corretiva em forma de check list, aprovado pelo Contratante, incluso no Plano de Mestre de Manutenção, bem como cronograma de atividades diárias, semanais e mensais por profissional.

2.3.4 - Habilidade para levantamento de materiais para serviços de construção, reforma e manutenção de obras civis, no que se refere a alvenaria de tijolos, pedras de cantaria, blocos e concreto, contrapisos, revestimentos de pisos e paredes em geral, monta painéis de alvenaria pré-fabricados ou convencionais, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

## **2.4 – Eletricista (plantão 12 x 36 h):**

2.4.1 - Curso técnico e experiência mínima de 06 (seis) meses em manutenção de comandos elétricos de equipamentos;

2.4.2 - Curso de NR-10;

2.4.3 - Experiência mínima de 06 (seis) meses em manutenção predial;  
2.4.4 - Registro no CREA;  
2.4.5 - Conhecimento dos equipamentos constante da descrição de serviços;  
2.4.6 - Participar na elaboração, desenvolvimento e execução do plano mestre de manutenção dos equipamentos e instalações, sugerindo novas rotinas, redução de custos e insumos.

2.4.7 - Realizar a inspeção diária com manutenção preventiva e corretiva em forma de check list, aprovado pelo contratante, incluso no Plano de Mestre de Manutenção, bem como cronograma de atividades diárias, semanais e mensais por profissional.

2.4.8- Habilidade para realizar levantamento completo de materiais elétricos para serviços de manutenção corretiva e em novas instalações.

### **2.5 – Auxiliar de manutenção:**

2.5.1 - Experiência mínima de 06 (seis) meses em execução e acabamento de alvenaria e assentamento de pisos, reparos em telhados e pequenos consertos em madeira.

## **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:**

3.1 – **Os serviços de manutenção preventiva e corretiva** estão detalhadamente discriminados nos itens 3 e 5 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2015;

3.2 – **As rotinas de manutenção preventiva** estão detalhadamente discriminadas no item 7 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2015;

3.3 – Precedendo à execução de cada rotina descrita no item 7 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2015 a Contratada deverá cientificar a fiscalização para acompanhamento dos serviços;

3.4 – O cumprimento das rotinas descritas no item 7 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2015 não exime a Contratada da execução de outras tarefas/procedimentos concernentes ao perfeito funcionamento dos sistemas e equipamentos cobertos pelo presente Contrato, em conformidade com as normas técnicas e instruções recomendadas pelos fabricantes de cada equipamento e normas de técnicas e legislações vigentes, tal como a higienização dos dutos de ar condicionado central, serviço normatizado pela ANVISA. Portanto, as rotinas apresentadas devem ser somadas a outras tarefas necessárias, que sejam especificadas pelos fabricantes, ou estejam normatizadas, que possibilitem o pleno funcionamento dos sistemas, sem interrupção de continuidade dos mesmos. A periodicidade de tais rotinas será adequada ao objetivo do contrato, podendo quaisquer dos serviços descritos nas mesmas serem exigidos da contratada, a qualquer tempo, sem ônus para o Contratante.

**4 - CLÁUSULA QUARTA: DOS SISTEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL:**

4.1 – Os sistemas, instalações e equipamentos de manutenção predial estão detalhadamente discriminados no item 4 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2015;

**5 - CLÁUSULA QUINTA: REGIME DE EXECUÇÃO:**

5.1 – Da forma de execução:

5.1.1 – A forma de execução dos serviços está detalhadamente discriminada no item 6 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2015;

5.2 - Precedendo à execução de cada rotina descrita no item 6 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2015 a Contratada deverá cientificar a fiscalização para acompanhamento dos serviços;

5.3 - O cumprimento das rotinas descritas no item 6 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2015 não exime a Contratada da execução de outras tarefas/procedimentos concernentes ao perfeito funcionamento dos sistemas e equipamentos cobertos pelo presente Contrato, em conformidade com as normas técnicas e instruções recomendadas pelos fabricantes de cada equipamento e normas de técnicas e legislações vigentes, tal como a higienização dos dutos de ar condicionado central, serviço normatizado pela ANVISA. Portanto, as rotinas apresentadas devem ser somadas a outras tarefas necessárias, que sejam especificadas pelos fabricantes, ou estejam normatizadas, que possibilitem o pleno funcionamento dos sistemas, sem interrupção de continuidade dos mesmos. A periodicidade de tais rotinas será adequada ao objetivo do contrato, podendo quaisquer dos serviços descritos nas mesmas serem exigidos da contratada, a qualquer tempo, **sem ônus para o Contratante.**

**6 - CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

6.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

6.2 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e mantê-la **válida e atualizada.**

6.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

6.4 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

6.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

6.6 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a

substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

**7 – CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

7.2 - A Contratada deverá providenciar, junto ao CREA/RJ, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), recolhendo a respectiva taxa. O responsável técnico constante da referida ART deverá acompanhar os serviços, na medida necessária à garantia da qualidade e ao cumprimento do prazo contratual.

7.2.1 - A Anotação de Responsabilidade Técnica, mencionada no item anterior, deverá ser apresentada antes do início dos serviços;

7.2.2 - Caso seja necessária a substituição do responsável técnico mencionado no item 7.2 durante a vigência do Contrato, a Contratada deverá comunicar imediatamente o fato ao Contratante, por escrito, bem como providenciar a apresentação de nova ART.

7.3 - Os níveis de segurança e higiene a serem providenciados pela Contratada aos usuários das instalações do Centro Cultural Justiça Federal serão, no mínimo, os determinados pelo Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

7.4 - A Contratada deverá planejar os serviços levando em consideração as disponibilidades operacionais do CCJF, de forma a não interferir em suas atividades habituais.

7.5 - Os serviços que por sua natureza e, segundo entendimento da fiscalização, venham a interferir com a normalidade do funcionamento ou da rotina do CCJF, deverão ser realizados em horário alternativo.

7.5.1 - O horário alternativo, mencionado no item anterior, corresponde ao período compreendido entre 19:00 e 12:00 horas do dia subsequente;

7.5.2 - A Contratada deverá apresentar à fiscalização, até às 24:00 (*vinte e quatro*) horas do dia útil imediatamente anterior à ocorrência, a relação dos empregados envolvidos na realização de serviços em horário alternativo, especificado no subitem anterior, **para fins de análise e deliberação.**

7.5.3 – No caso mencionado no item anterior, e desde que não haja previsão na Convenção Coletiva de conversão em Banco de Horas, a Contratada deverá apresentar demonstrativo do cálculo utilizado para fins de determinação do valor devido.

7.6 - O Contratante poderá, observada a legislação vigente, optar pelo sistema de compensação de horas, para os empregados que executarem tarefas fora do horário normal de expediente do CCJF ou adequar provisoriamente a jornada de trabalho, de forma que suas necessidades sejam atendidas sem prejuízos para a execução dos serviços contratados.

7.7 - Na operação e manutenção dos equipamentos e sistemas, a Contratada não poderá, sob quaisquer hipóteses, apresentar custos adicionais referentes a serviços que

porventura necessite executar para manter o perfeito funcionamento das instalações do CCJF.

7.8 - Sempre que for necessária a execução de quaisquer serviços e / ou substituição de peças ou equipamentos, a Contratada deverá anotar a ocorrência no Livro Diário / Relatório de Avaria, bem como registrar em ordem de serviço (O.S), apresentando cópia da mesma à fiscalização, após a constatação do defeito.

7.8.1 - No Livro Diário / Relatório de Avaria, mencionado no item anterior, deverá também constar o diagnóstico do defeito, discriminando a causa, os materiais, peças e serviços necessários, bem como o cronograma de execução dos serviços, com a estimativa de tempo de interrupção do funcionamento dos sistemas e/ou equipamentos, se for o caso;

7.8.2 - No Livro Diário deverão ainda ser detalhadamente discriminadas todas as peças e / ou equipamentos que forem substituídos, incluindo referência, modelo, fabricante etc.;

7.8.3 - A Contratada deverá registrar no formulário (O.S), mencionado no item anterior, com cópia para o Contratante, as intervenções técnicas, corretivas ou preventivas, informando o tempo utilizado para manutenção (início / fim), descrição da ocorrência (efeito, causa, ação), tipo de ocorrência (elétrica, mecânica, etc), avaliação da satisfação do usuário (plenamente, parcialmente; resserviço /não atendido; no prazo sim/não); bem como o nome do solicitante e encarregado e ainda os materiais e peças substituídas;

7.8.4 - As informações contidas nas O.S's deverão ser transportadas para o relatório técnico mensal, o qual será condição *sine qua non* para viabilizar o atesto do documento fiscal.

7.9 - A execução de quaisquer serviços e a substituição de peças ou equipamentos deverão ser efetuadas imediatamente. Os materiais fornecidos deverão ser novos, de 1ª linha, originais e em conformidade com as normas técnicas e indicações dos fabricantes.

7.10 - Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva discriminados neste Contrato, sendo ainda responsável pela montagem e fixação, junto aos equipamentos, de pasta contendo a documentação técnica atualizada e ficha emitida pela Contratada com o histórico de intervenções.

7.11 - A Contratada não poderá executar reprogramações sucessivas que sobreponham períodos de manutenção preventiva, descritas no plano mestre de manutenção preventiva, estabelecendo prazo limite que deverá ser informado através dos campos na emissão de cada ordem de serviço (O.S).

7.12 – Quaisquer descumprimentos contratuais pela Contratada impedirão o atesto do documento fiscal, até que seja efetivamente concluída a manutenção preventiva e/ou corretiva.

7.13 - Inspeccionar diariamente os equipamentos e/ou instalações, visando ao seu pleno funcionamento, efetuando quaisquer serviços e substituições de peças e/ou equipamentos, em tempo hábil.

7.14 - Manter, às suas expensas, oficina necessária para a realização dos serviços de

manutenção, inclusive substituição de rolamentos, gaxetas, selos mecânicos, etc., ressaltando que todos os motores elétricos, existentes nas instalações do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, serão enrolados, sempre que necessário, sem ônus para o Contratante.

7.15 - Apresentar ao Contratante, quando da entrega do Plano de Manutenção Predial, a listagem de todo ferramental e instrumental portátil permanente indispensável à execução dos serviços a serem prestados cuja responsabilidade será da Contratada, não isentando a possibilidade de serem necessários outros equipamentos.

7.16 - Fornecer todo o ferramental e instrumental, portátil ou não, inclusive andaimes em geral (fixos, móveis, suspensos, tubulares, etc.), máquinas especiais para furação, escadas etc, quando for o caso, necessário ao perfeito atendimento dos serviços de manutenção ou criação de novos espaços, sem ônus para o Contratante. Deverá fornecer um ferramental mínimo diário por profissional:

7.16.1 - **Bombeiro Hidráulico:** 1 jogo completo de chaves de grifo (grip). 1 jogo completo de chaves de fenda, 1 jogo completo de chaves philips. ), 1 jogo completo de chaves Allen. ), 1 jogo completo de chaves de boca combinadas. ), 1 jogo completo de chaves de catraca. 1 aparafusadeira com bateria. 1 maleta de ferramenta em aço com 1 cadeado e 2 chaves. 1 jogo completo de talhadeiras e ponteiros. marreta 1 e 2 Kg, 1 lanterna, 1 cavadeira de bola com cabo em aço, 1 pá de bico com cabo. 1 enxada com cabo, 1 colher de pedreiro. 1 desempenadeira de aço. 1 trena metálica 5 metros, 1 espátula, 1 arco de serra com 3 serras de aço rápido, 1 máquina de furar de impacto com 2 jogos completos de brocas de vídea (5 a 12 mm) e de aço rápido (3 a 8 mm). 03 rolos fita teflon 25mm. 01 pistola de silicone. 3 bisnagas de silicone ascético, 1 frasco de solução limpadora, 01 frasco de cola solda tubos PVC. 10 lixas 100. 2 kits SOS. 1 Lanterna, 1 alicate de pressão, 1 alicate/chave ajustável. 1 mala de ferramentas em aço com 1 cadeado e 2 chaves.

7.16.2 - **Pedreiro:** 1 carrinho de mão. 01 jogo de ponteiros, 1 jogo de talhadeiras. 1 jogo de colheres de pedreiro. 1 desempenadeira de madeira. 1 desempenadeira de aço, 1 jogo de espátulas. 1 martelo de unha. 1 mangueira de nível com 15 m. 1 jogo de marretas de 1 a 3 Kg, 2 bandejas de pintura. 10 lixas para massa corrida. 10 lixas para metais. 10 lixas para madeira. 02 rolos de lã, 02 rolos de espuma de 15 e 25 cm, 1 jogo de pincéis. 1 broxa. 1 trinchã. 2 rolos de fita adesiva. 02 bandejas para pintura. 01 maquina com jogo de discos para ferro, madeira e cerâmica. 01 furadeira de impacto com jogos de brocas de vídea e de aço rápido. 1 lixadeira elétrica. 1 serra tico-tico com jogo completo de lâminas. 1 régua de alumínio de 3 metros e 1 de 1,5 metros. 3 baldes de aço, um prumo de centro. 1 prumo de face. um nível de bolha e um metro de armador em madeira, 1 Lanterna. 1 trena em fibra com 50 metros. 1 mala de ferramentas em aço com 1 cadeado e 2 chaves.

7.16.3 - **Eletricista:** 1 Alicate universal 8", 1 Alicate de bico de 6", 1 Alicate de corte de 6", 1 Alicate de pressão. 1 Jogo de chave allen em polegadas. 1 Jogo de chave Allen em milímetros. 1 Desencapador de fios. 1 Prensa cabos. 1 Estilete. 1 Talhadeira 150x16. 1 Chave inglesa de 10". 1 Chave inglesa de 6". 1 Martelo. 1 Chave de fenda 3/8" x 10". 1 Chave de



fenda 1/2" x 6". 1 Chave de fenda 3/16" x 7/8". 1 Chave de fenda 5/32" x 6". 1 Chave Philips 3/8" x 10". 1 Chave Philips 1/2" x 6". 1 Chave Philips 3/16 x 6". 1 Chave Philips 5/32 x 6". 1 Alicates de amperímetro. 1 Chave combinada de 3/8". 1 Chave combinada 7/16" . 1 Termômetro digital , 1 Lanterna. 1 mala de ferramentas em aço com 1 cadeado e 2 chaves."

7.17 - A Contratada deverá fornecer e conservar permanentemente em condições de uso o ferramental necessário à execução dos serviços de manutenção, cabendo ainda à Contratada providenciar o transporte de pessoal, equipamentos ou ferramentas, estada de profissionais relacionados, direta ou indiretamente, com a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

7.17.1 - Inclui-se explicitamente no caso mencionado no item anterior o transporte de aparelhos para serem reparados em outro local, bem como o envio de materiais e aparelhos para substituir provisoriamente os danificados.

7.18 - Caberá à Contratada efetuar o registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com base na Lei nº 6.496, de 07.12.77, bem como apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa ao presente Contrato.

7.19 - Os engenheiros responsáveis da Contratada deverão estar disponíveis, sempre que necessário ou solicitado pelo Contratante, seja para emitir pareceres técnicos, para esclarecer dúvidas, ou ainda nos casos de urgência, sendo também fornecido ao Contratante o número de telefone celular de um dos engenheiros.

7.20 - Fornecer e manter nas dependências do CCJF 05 (cinco) aparelhos de rádio transmissor e receptor, tipo HT com baterias recarregáveis e acessórios (fones de ouvido, carregador das baterias etc), para comunicação entre os empregados da Contratada e o encarregado, visando possibilitar as instruções/comunicações/procedimentos corretivos e emergenciais durante a execução dos serviços dentro das instalações prediais.

7.20.1 - A Contratada deverá, quando necessário, repor todas as peças que apresentem defeitos, inclusive fones de ouvido e/ou quaisquer acessórios, sem ônus adicional para o Contratante;

7.20.2 - Todos os procedimentos legais exigidos pelos órgãos públicos, tais como renovações de licenças dos rádios transceptores, serão providenciados e de responsabilidade da Contratada.

7.21 - A Contratada deverá apresentar, no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, **plano mestre de manutenção** preventiva que atenda o objeto deste Contrato, para avaliação preliminar, em programas compatíveis com o sistema operacional *Windows*.

7.21.1 - O plano mestre de manutenção preventiva informatizado, mencionado no item anterior, deverá conter, dentre outras, as seguintes descrições: equipamento, rotinas de manutenção, periodicidade do evento, profissional responsável pelo atendimento, estado do equipamento, HH previsto e efetivamente utilizado;

7.21.2 - O referido plano deverá ser emitido mensalmente com cópia para a fiscalização antes e após sua execução, devendo ainda ter flexibilidade que permita inclusão de procedimentos por parte do Contratante.

7.22 - Apresentar **relatórios mensais**, com indicação de todos os serviços executados

no período, da situação das diversas instalações, do levantamento das necessidades de manutenção, emitido pelo responsável técnico da Contratada.

7.23 - Em caso de falha na manutenção que ocasione dano, a Contratada responsabilizar-se-á pelo restante da garantia e pela manutenção do equipamento danificado.

7.24 - O Contratante poderá, sempre que for necessário, solicitar ou exigir da Contratada pareceres ou laudos técnicos, relativos aos serviços contratados, os quais deverão ser elaborados e assinados pelo engenheiro responsável técnico da Contratada devidamente registrado no CREA, respeitando as especialidades.

7.25 - A Contratada será responsável por manter em bom estado de conservação todas as instalações destinadas aos seus empregados, devendo ficar a seu encargo, o fornecimento de todo mobiliário, bem como equipamentos, enfim todos os materiais de consumo e de escritório, tais como móveis, telefones, fac-símiles, computador com configuração técnica atual etc, necessários para a permanência de seus profissionais.

7.26 - A Contratada deverá manter em situação empregatícia regular e legal os empregados que prestarão serviços nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal, reservando-se ao Contratante o direito de exigir sua comprovação, sempre que julgar conveniente, ficando a Contratada obrigada a manter em dia todas as suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, previstas na CLT e na Lei da Previdência Social.

7.27 - A Contratada deverá obedecer rigorosamente às normas vigentes de segurança e medicina do trabalho, para todos os tipos de atividade, sendo responsável por quaisquer danos físicos ou pessoais decorrentes de acidentes ocasionados pela execução dos serviços objeto do presente Contrato.

7.28 - A Contratada se obriga a fornecer uniformes, bem como substituir, de imediato, aqueles que não tiverem mais condições condizentes para utilização por parte de seus empregados nas dependências do CCJF.

7.29 - A Contratada deverá fornecer crachás de identificação, contendo os dados pessoais do empregado, fotografia recente e função, de uso obrigatório nas dependências do CCJF.

7.30 - A Contratada fará controle da frequência e dos horários de entrada e saída de seus empregados, utilizando sistema de cartão de ponto ou outro sistema automatizado (não manual) que permita a imediata identificação, pelo Contratante, dos empregados que estão laborando no local, sem prejuízo do acompanhamento pela fiscalização do Contratante.

7.31 - No caso da falta de algum empregado, a Contratada deverá comunicar ao Contratante, e providenciar sua substituição em, no máximo, 03 (*três*) horas por empregado de mesma qualificação profissional, sob pena de desconto do valor correspondente às faltas, nos documentos fiscais mensais a serem pagos à Contratada.

7.32 - A Contratada fornecerá, obrigatoriamente, a todos os seus empregados, 01 (um) talonário de vale-refeição ou vale-alimentação, no primeiro dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados. O valor do benefício deve corresponder no mínimo ao valor estabelecido pelas convenções coletivas de trabalho firmadas pelas respectivas categorias de empregados.

7.33 - A Contratada se obriga a fornecer os vales-transporte no último dia útil do mês

anterior àquele em que serão utilizados. Os vales serão fornecidos em quantidade e tipo de serviço que melhor adapte-se ao deslocamento do beneficiário, no percurso residência x trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei 7.418/85 e Decreto 95.247/87.

7.34 - A Contratada deverá encaminhar, mensalmente, cópia do recibo referente à entrega dos vales-refeição/vales-alimentação, com as respectivas assinaturas dos empregados.

7.35 - O Contratante se reserva o direito de exigir a substituição de empregados faltosos ou que causem embaraços ou transtornos à execução dos serviços contratados.

7.36 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas, em nenhuma hipótese, terão vínculo empregatício com o mesmo, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre, única e exclusivamente, perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados ao Contratante ou a terceiros por seus empregados, durante e em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

7.37 - A remuneração mínima dos empregados da Contratada deverá obedecer ao estipulado pelo Sindicato da categoria no Rio de Janeiro.

7.38 - A Contratada observará e cumprirá a melhor técnica para todos os serviços que executar, orientando-se pelas normas técnicas da ABNT, rotinas do fabricante, Portarias, Resoluções do Ministério da Saúde, CONFEA, CREA e outras entidades.

7.39 - A Contratada deverá agendar previamente junto ao Contratante, sempre que necessário, e por tratar-se de prédio tombado, a realização de reparos em paredes, pisos e forros, ressaltando que a mesma somente poderá executar os serviços mencionados mediante expressa autorização do Contratante.

7.40 - A Contratada deverá manter equipes de manutenção, com as composições e áreas de atuação indicadas na tabela a seguir:

PROFISSIONAL	QUANTIDADE
Auxiliar de Manutenção	02
Bombeiro Hidráulico – plantão 12 x 36 h (*)	02
Eletricista – plantão 12 x 36 h (*)	02
Pedreiro	01
Encarregado de Manutenção	01
<b>TOTAL</b>	<b>08</b>

7.41 - Os profissionais assinalados com asterisco (\*), discriminados no item anterior, deverão ser mantidos em plantão de 12:00 horas / dia, compreendendo o período das 10:00 às 22:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

7.42 - Os demais profissionais indicados deverão prestar serviços 09 (nove) horas / dia, incluindo 01 (uma) hora destinada à alimentação.

7.43 - A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas,

reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

7.44 - A Contratada deverá manter um software (programa de computador), que permita a emissão de ordens de serviços “online”, via Web. Tais ordens de serviço serão emitidas por, pelo menos, cinco computadores do Contratante, sendo recebidas e impressas pela contratada, que manterá o registro de todas as solicitações efetuadas pelo Contratante e fechará as mesmas somente com a sua aprovação. Tais ordens de serviço deverão permitir o registro de, pelo menos: o tipo de serviço, a especificação do serviço, o local, a data, o horário, o executor, o solicitante, observações do executor e a aprovação final, com campo para observações e/ou ressalvas.

7.45 - A Contratada deverá executar os serviços de maneira a não interferir direta ou indiretamente nas atividades do CCJF.

7.46 - Caso a Contratada venha a danificar (ou alterar) quaisquer pinturas, alvenarias, vitrais, esquadrias, metais, pisos, revestimentos em geral, lustres e luminárias, todos tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional, seja por ação direta (serviço executado pela empresa) ou por ação indireta (danos causados pela falta de manutenção, tal como ralos entupidos etc.) deverá a contratada restaurar o patrimônio danificado ao que era originalmente. Ressaltando-se que para haver a perfeita restituição do patrimônio histórico danificado ao erário, conforme legislação vigente, é necessário realizar a restauração do bem ao seu estado original, para o que será necessário a aprovação do projeto junto aos Órgãos Municipal, Estadual e Federal, onde constam os processos de tombamento do CCJF. A Contratada poderá realizar diretamente a restauração, pelo que será fiscalizada pelos órgãos citados, devendo, portanto, utilizar-se de contratação de empresa/profissional especializados em restaurações, porém, poderá também ressarcir o Contratante do custo total da restauração.

7.47 - Designar formalmente o preposto, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao Contrato.

7.48 - Instalar, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, equipamento para marcação de ponto (relógio de ponto, ponto eletrônico etc.) para uso de seus empregados que estejam prestando serviços nas dependências do CCJF, acompanhado de quadro de cartões de ponto.

7.49 - Fornecer, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, cartões individuais de ponto, onde constarão o nome completo, função e horário de expediente de seus empregados, não sendo aceita a utilização de livro de ponto.

7.50 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

7.51 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

7.52 - Fornecer, diariamente, café da manhã aos empregados que fizerem jus, de acordo com a Lei Municipal 1.418, de 27 de junho de 1989.

7.53 - Manter atualizada a relação nominal dos seus empregados designados para a prestação dos serviços nas dependências do CCJF, na qual deverão constar: nome do

empregado, função, endereço, telefones de contato, incluindo aparelhos móveis (celulares), datas de admissão na Contratada e de início de prestação dos serviços nas dependências do CCJF e ainda qualquer alteração em sua frequência, como atestados e faltas.

7.54 - Fornecer todos os demais documentos relativos às alterações ocorridas no mês de referência como férias, contratação/dispensa de funcionários, atestados, faltas, etc;

7.55 - Encaminhar ao Contratante, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, cópia das convenções, dissídios e acordos coletivos vigentes, atualizando-os à medida que novos sejam publicados.

7.56 - Disponibilizar todas as peças de vestuário que constituirão os uniformes completos dos empregados alocados nas dependências do CCJF, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato, sendo obrigatório o seu uso durante o horário de expediente de seus empregados.

7.57 - Substituir de imediato as peças de uniforme mencionadas no item anterior, que não estiverem condizentes para serem usados nas dependências do CCJF, sendo o ônus dessa substituição de inteira responsabilidade da Contratada.

7.58 - A substituição, mencionada no subitem anterior, somente será realizada mediante a devolução, pelo empregado, das peças que estejam em mau estado.

7.59 - Os quantitativos e as especificações dos uniformes a serem entregues pela Contratada às categorias profissionais estão discriminados a seguir:

7.60 - Encarregado de Manutenção: 03 (três) jalecos em tergal, 02 (duas) calças compridas tipo jeans e 02 (dois) pares de sapatos pretos;

7.61 - Bombeiro Hidráulico: 03 (três) jalecos em brim de mangas curtas e bolsos frontais, 02 (duas) calças compridas tipo jeans, 02 (dois) pares de botas pretas e 01 (um) par de botas de borracha;

7.62 - Eletricista: 03 (três) jalecos em brim de mangas curtas e bolsos frontais, 02 (duas) calças compridas tipo jeans e 02 (dois) pares de botas pretas de borracha (isolantes elétricos);

7.63 - Pedreiro: 03 (três) blusas em brim de mangas compridas, 03 (três) calças compridas em brim e 02 (dois) pares de botas de borracha;

7.64 - Auxiliar de Manutenção: 03 (três) jalecos de mangas curtas e bolsos frontais, em brim, 02 (duas) calças compridas tipo jeans e 02 (dois) pares de botas pretas.

7.65 - Utilizar na prestação dos serviços mão de obra qualificada, selecionando e preparando rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando profissionais com funções devidamente registradas em suas carteiras de trabalho ou outro documento equivalente.

7.66 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, cumprindo os postulados legais de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.

7.67 - Dispor de plano de contingência e de todos os recursos necessários à manutenção dos postos de trabalho sempre guarnecidos, inclusive em situações atípicas, tais como as de greve de seus empregados, anormalidade de funcionamento dos meios públicos de transportes, ou quaisquer outras, de modo a garantir a plena operacionalidade da execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.

7.68 - Suprir a falta de qualquer empregado dentro da primeira hora, completando o efetivo discriminado no item 7.40 deste Contrato, sem ônus adicional para o Contratante.

7.69 - Caso a substituição do(s) empregado(s) faltoso(s) não seja providenciada pela Contratada, a(s) ausência(s) será(ão) anotada(s) pelo Contratante, que procederá o desconto do valor correspondente no documento fiscal a ser pago, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato.

7.70 - Disponibilizar todos os equipamentos de proteção individual - EPI's, necessários ao bom desenvolvimento das tarefas, com a devida segurança, concernentes a cada profissional em suas áreas distintas, bem como o treinamento adequado para utilização dos mesmos.

7.71 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com EPI's adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos, sendo o ônus dessa paralisação inteiramente de responsabilidade da Contratada.

7.72 - O quantitativo mínimo de EPI's e as especificações por categoria profissional estão discriminados a seguir:

7.72.1- **Bombeiro Hidráulico:** par de botas de borracha, uso geral, cano 35 cm, de acordo com norma NR-6 e com certificado do Ministério do Trabalho; par de luvas de borracha resistente a produtos químicos (cloro, solventes e óleo), cano longo; par de luvas de borracha resistente a produtos de limpeza comuns, cano médio 15 cm; óculos de segurança, constituído de armação e visor em única peça em policarbonato incolor e dotado de proteção lateral com ventilação, hastes tipo espátula e proteção contra raios ultravioletas, de acordo com norma NR 6 e com certificado do Ministério do Trabalho; capa de chuva em PVC, na cor amarela, com capuz e protetor auricular, par de luvas de raspa couro longa, capacete de segurança tipo jockey em polietileno de alta densidade ou em ABS de alto impacto, com aba frontal, reforço na copa, carneira, acoplamento para protetores faciais e auditivos, catraca giratória e jugular;

7.72.2- **Eletricista:** óculos de segurança, constituído de armação e visor em única peça em policarbonato incolor e dotado de proteção lateral com ventilação, hastes tipo espátula e proteção contra raios ultravioletas, de acordo com norma NR-10 e com certificado do Ministério do Trabalho; máscara de solda com visor fixo ou articulado; protetor auricular; óculos de proteção para solda oxi-acetileno; par de luvas de couro para solda oxi-acetileno, cano médio, resistente à abrasão, ao calor e a corte e avental de raspa de couro, resistente à abrasão, ao calor e a corte, par de luvas de borracha com isolamento para média tensão conforme NR 10, par de botas de borracha com isolamento para média tensão conforme NR10; capa de chuva em PVC, na cor amarela, com capuz e protetor auricular, par de luvas de raspa couro longa, capacete de segurança tipo jockey em polietileno de alta densidade ou em ABS de alto impacto, com aba frontal, reforço na copa, carneira, acoplamento para protetores faciais e auditivos, catraca giratória e jugular;

7.72.3- **Pedreiro:** óculos de segurança constituído de armação e visor em única peça em policarbonato incolor e dotado de proteção lateral com ventilação, hastes tipo espátula e proteção contra raios ultravioletas, de acordo com norma NR-6 e com certificado do Ministério do Trabalho; máscara respirador PFF1, com válvula descartável, com C.A.; par de luva de algodão quatro fios pigmentados (c/ travas) em borracha, cano curto; cinto de segurança tipo pára-quedista com quatro pontos de fixação, com certificado do Ministério do Trabalho, em *nylon*, com suspensórios e regulagem nas pernas, cabo em *nylon* com 1,60 m e capacidade de 100 Kg, no mínimo; capa de chuva em PVC, na cor amarela, com capuz e protetor auricular, par de luvas de raspa couro longa, capacete de segurança tipo jockey em polietileno de alta densidade ou em ABS de alto impacto, com aba frontal, reforço na copa, carneira, acoplamento para protetores faciais e auditivos, catraca giratória e jugular;

7.72.4- **Auxiliar de Manutenção:** protetor auricular; óculos de segurança constituído de armação e visor em única peça em policarbonato incolor e dotado de proteção lateral com ventilação, hastes tipo espátula e proteção contra raios ultravioletas, de acordo com norma NR-6 e com certificado do Ministério do Trabalho; par de luvas de algodão quatro fios pigmentados (c/ travas) em borracha, cano curto; capa de chuva em PVC, na cor amarela, com capuz e protetor auricular, par de luvas de raspa couro longa, capacete de segurança tipo jockey em polietileno de alta densidade ou em ABS de alto impacto, com aba frontal, reforço na copa, carneira, acoplamento para protetores faciais e auditivos, catraca giratória e jugular;

7.72.5- **Encarregado de Manutenção:** par de botas de borracha com isolamento para média tensão conforme NR10, par de luvas de borracha isolante de alta tensão classe 00 - 2,5 KV, óculos de segurança, constituído de armação e visor em única peça em policarbonato incolor e dotado de proteção lateral com ventilação, hastes tipo espátula e proteção contra raios ultravioletas, de acordo com a NR6 e com o certificado do Ministério do Trabalho, capa de chuva em PVC, na cor amarela, com capuz e protetor auricular, par de luvas de raspa couro longa, capacete de segurança tipo jockey em polietileno de alta densidade ou em ABS de alto impacto, com aba frontal, reforço na copa, carneira, acoplamento para protetores faciais e auditivos, catraca giratória e jugular, cinto de segurança tipo paraquedista com dois talabartes, máscara para produtos químicos, protetor auricular tipo plug, protetor auricular tipo concha atenuação de até 85 db por 08 (oito) horas.

7.73 - Instruir os seus empregados quanto às orientações para prevenção de incêndio nas dependências do CCJF.

7.74 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

7.75 - Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade as autoridades, os funcionários, os visitantes e os demais contratados, podendo o Contratante solicitar substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente, o que será prontamente atendido pela Contratada.

7.76 - A Contratada deverá pagar em dia seus empregados, e, obrigatoriamente, respeitar e atender todos os benefícios, inclusive salários não inferiores aos pisos das categorias dos respectivos profissionais, pactuados nas Convenções Coletivas firmadas pelo SINTRANSCONT/RJ 2015/2016.

7.77 - A remuneração da categoria profissional de Bombeiro Hidráulico será, no mínimo, o equivalente ao piso das categorias profissionais do Grupo 2 da Tabela Salarial do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro - SINTRANSCONT/RJ, equivalendo à categoria de bombeiro hidráulico de obra.

7.78 - A remuneração da categoria profissional de Pedreiro, será, no mínimo, o equivalente ao piso das categorias profissionais do Grupo 2 da Tabela Salarial do SINTRANSCONT/RJ, equivalendo à categoria de pedreiro de obra.

7.79 - A remuneração da categoria profissional de Auxiliar de Manutenção será, no mínimo, o equivalente ao piso da categoria profissional Auxiliar de Manutenção da Tabela Salarial do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro - SINTRANSCONT/RJ.

7.80 - A remuneração da categoria profissional de Encarregado de Manutenção será, no mínimo, o equivalente ao piso da categoria profissional de Encarregado de obra da Tabela Salarial do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro - SINTRANSCONT/RJ.

7.81 - A remuneração da categoria profissional de Eletricista será, no mínimo, o equivalente ao piso das categorias profissionais do Grupo 2 da Tabela Salarial do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro - SINTRANSCONT/RJ, equivalente à categoria de eletricista de obra.

7.82 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante aos serviços a serem executados, assim como às suas obrigações, sendo que a ausência de fiscalização por parte do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas neste Contrato.

7.83 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato.

7.84 - Manter seus empregados alocados na execução do serviço em situação empregatícia regular e legal, sendo reservado ao Contratante o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir essa comprovação.

7.85 - Executar os serviços de maneira a não interferir, direta ou indiretamente, nas atividades do Contratante.

7.86 - Manter sediados nas dependências do CCJF, durante os turnos de trabalho, empregados capazes de tomar decisões compatíveis com a garantia de cumprimento dos compromissos assumidos.

7.87 - A Contratada, na hipótese de ser optante pelo Simples Nacional, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do citado regime tributário, a contar do mês seguinte à data de assinatura deste Contrato, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123; conforme Decisão TCU 2.798/10.



7.87.1 - A fim de proceder à exclusão mencionada no subitem anterior, se for o caso, a Contratada deverá providenciar a expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, comunicando a assinatura deste Contrato, cujo objeto é a prestação de serviço mediante cessão de mão de obra, situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar 123 de 2006;

7.87.2 - A Contratada deverá ainda, se for o caso, apresentar ao Contratante, no prazo de 20 ( *vinte* ) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura deste Contrato, cópia do ofício, mencionado no subitem anterior, na qual deverá constar comprovante de entrega e recebimento junto à Receita Federal do Brasil.

7.88 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

7.88.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do Edital.

7.88.2 - O prazo para apresentação das declarações mencionadas no subitem anterior é de, no máximo, 30 ( *trinta* ) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

7.89 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

7.89.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento, pelos empregados da Contratada no exercício de cargo/função de chefia, alocado na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico 021/2015 e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

7.89.2 - O prazo para apresentação das declarações e certidões mencionadas no subitem anterior é de, no máximo, 30 ( *trinta* ) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

**8 - CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

**8.1 - DO PREÇO:**

8.1.1 - O valor mensal unitário dos prestadores de serviços são os seguintes:

**A) AUXILIAR DE MANUTENÇÃO:**

I – MÃO DE OBRA / REMUNERAÇÃO		
PRESTADORES DE SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO		
Adicional noturno	---	
Adicional periculosidade	---	
Adicional de insalubridade	---	
Outros (especificar)	---	
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
II – ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
INSS	20,00	
FGTS	8,00	
SESI OU SESC	1,50	
SENAI OU SENAC	1,00	
INCRA	0,20	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	
SEBRAE	0,60	
SEGURO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO	1,00	
TOTAL	34,80	
GRUPO B – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
FÉRIAS	11,11	
FALTAS LEGAIS	0,28	
13º SALÁRIO	8,33	
AUXILIO DOENÇA	1,39	
LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE	0,02	
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	1,94	
ACIDENTE DE TRABALHO	0,33	
TOTAL	23,40	
GRUPO C – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)	4,20	
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42	
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,17	

INCIDÊNCIA DO FGTS S/ O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,03	
<b>TOTAL</b>	<b>4,82</b>	
<b>GRUPO D – Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇOS (R\$)</b>
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A x GRUPO B)	8,14	
<b>TOTAL DE ENCARGOS (A+B+C+D)</b>	<b>71,16</b>	
<b>III – DEMAIS COMPONENTES</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
LUCRO	10,000	
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS	5,000	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>15,000</b>	
<b>IV – TRIBUTOS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
ISS	5,00	
PIS	1,65	
COFINS	7,60	
IR	---	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>14,25</b>	
<b>V – INSUMOS</b>		
		<b>PREÇO (R\$)</b>
VALE ALIMENTAÇÃO		
VALE TRANSPORTE		
SEGUROS DE VIDA/GRUPO		
PLANO DE SAÚDE		
<b>SUBTOTAL</b>		
<b>VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL</b>		
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO		<b>PREÇO (R\$)</b>
I – MÃO DE OBRA / SALÁRIO		
II – ENCARGOS SOCIAIS		
III – DEMAIS COMPONENTES		
IV – TOTAL DOS TRIBUTOS		
V – INSUMOS		
<b>VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I-II+III+IV+V)</b>		

**B) BOMBEIRO HIDRÁULICO – PLANTÃO 12 X 36 H:**

I – MÃO DE OBRA / REMUNERAÇÃO		
PRESTADORES DE SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	
BOMBEIRO HIDRÁULICO – PLANTÃO 12 X 36 H		
Adicional noturno	---	
Adicional periculosidade	---	
Adicional de insalubridade	---	
Outros (especificar)	---	
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
II – ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
INSS	20,00	
FGTS	8,00	
SESI OU SESC	1,50	
SENAI OU SENAC	1,00	
INCRA	0,20	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	
SEBRAE	0,60	
SEGURO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO	1,00	
TOTAL	34,80	
GRUPO B – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
FÉRIAS	11,11	
FALTAS LEGAIS	0,28	
13º SALÁRIO	8,33	
AUXILIO DOENÇA	1,39	
LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE	0,02	
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	1,94	
ACIDENTE DE TRABALHO	0,33	
TOTAL	23,40	
GRUPO C – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)	4,20	
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42	

INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,17	
INCIDÊNCIA DO FGTS S/ O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,03	
<b>TOTAL</b>	<b>4,82</b>	
<b>GRUPO D – Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇOS (R\$)</b>
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A x GRUPO B)	8,14	
<b>TOTAL DE ENCARGOS (A+B+C+D)</b>	<b>71,06</b>	
<b>III – DEMAIS COMPONENTES</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
LUCRO	10,000	
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS	5,000	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>15,000</b>	
<b>IV – TRIBUTOS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
ISS	5,00	
PIS	1,65	
COFINS	7,60	
IR	---	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>14,25</b>	
<b>V – INSUMOS</b>		
		<b>PREÇO (R\$)</b>
VALE ALIMENTAÇÃO		
VALE TRANSPORTE		
SEGUROS DE VIDA/GRUPO		
PLANO DE SAÚDE		
<b>SUBTOTAL</b>		
<b>VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL</b>		
<b>BOMBEIRO HIDRÁULICO – PLANTÃO 12 X 36 H</b>		<b>PREÇO (R\$)</b>
I – MÃO DE OBRA / SALÁRIO		
II – ENCARGOS SOCIAIS		
III – DEMAIS COMPONENTES		
IV – TOTAL DOS TRIBUTOS		
V – INSUMOS		

**VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V)**

**C) ELETRICISTA – PLANTÃO 12 X 36 H:**

I – MÃO DE OBRA / REMUNERAÇÃO		
PRESTADORES DE SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	
ELETRICISTA – PLANTÃO 12 X 36 H		
Adicional noturno	---	
Adicional periculosidade	---	
Adicional de insalubridade	---	
Outros (especificar)	---	
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
II – ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
INSS	20,00	
FGTS	8,00	
SESI OU SESC	1,50	
SENAI OU SENAC	1,00	
INCRA	0,20	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	
SEBRAE	0,60	
SEGURO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO	1,00	
TOTAL	34,80	
GRUPO B – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
FÉRIAS	11,11	
FALTAS LEGAIS	0,28	
13º SALÁRIO	8,33	
AUXILIO DOENÇA	1,39	
LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE	0,02	
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	1,94	
ACIDENTE DE TRABALHO	0,33	
TOTAL	23,40	

GRUPO C – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)	4,20	
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42	
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,17	
INCIDÊNCIA DO FGTS S/ O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,03	
<b>TOTAL</b>	<b>4,82</b>	
GRUPO D – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A x GRUPO B)	8,14	
<b>TOTAL DE ENCARGOS (A+B+C+D)</b>	<b>71,16</b>	
<b>III – DEMAIS COMPONENTES</b>		
Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇO (R\$)
LUCRO	10,000	
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS	5,000	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>15,000</b>	
<b>IV – TRIBUTOS</b>		
Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇO (R\$)
ISS	5,00	
PIS	1,65	
COFINS	7,60	
IR	---	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>14,25</b>	
<b>V – INSUMOS</b>		
		PREÇO (R\$)
VALE ALIMENTAÇÃO		
VALE TRANSPORTE		
SEGUROS DE VIDA/GRUPO		
PLANO DE SAÚDE		
<b>SUBTOTAL</b>		
<b>VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL</b>		
ELETRICISTA – PLANTÃO 12 X 36 H		PREÇO (R\$)
I – MÃO DE OBRA / SALÁRIO		
II – ENCARGOS SOCIAIS		

III – DEMAIS COMPONENTES	
IV – TOTAL DOS TRIBUTOS	
V – INSUMOS	
<b>VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V)</b>	

**D) PEDREIRO:**

I – MÃO DE OBRA / REMUNERAÇÃO		
PRESTADORES DE SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	
PEDREIRO		
Adicional noturno	---	
Adicional periculosidade	---	
Adicional de insalubridade	---	
Outros (especificar)	---	
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
II – ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
INSS	20,00	
FGTS	8,00	
SESI OU SESC	1,50	
SENAI OU SENAC	1,00	
INCRA	0,20	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	
SEBRAE	0,60	
SEGURO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO	1,00	
TOTAL	34,80	
GRUPO B – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
FÉRIAS	11,11	
FALTAS LEGAIS	0,28	
13º SALÁRIO	8,33	
AUXILIO DOENÇA	1,39	
LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE	0,02	
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	1,94	
ACIDENTE DE TRABALHO	0,33	



<b>TOTAL</b>	<b>23,40</b>	
<b>GRUPO C – Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇOS (R\$)</b>
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)	4,20	
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42	
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,17	
INCIDÊNCIA DO FGTS S/ O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,03	
<b>TOTAL</b>	<b>4,82</b>	
<b>GRUPO D – Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇOS (R\$)</b>
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A x GRUPO B)	8,14	
<b>TOTAL DE ENCARGOS (A+B+C+D)</b>	<b>71,16</b>	
<b>III – DEMAIS COMPONENTES</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
LUCRO	10,000	
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS	5,000	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>15,000</b>	
<b>IV – TRIBUTOS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
ISS	5,00	
PIS	1,65	
COFINS	7,60	
IR	---	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>14,25</b>	
<b>V – INSUMOS</b>		
		<b>PREÇO (R\$)</b>
VALE ALIMENTAÇÃO		
VALE TRANSPORTE		
SEGUROS DE VIDA/GRUPO		
PLANO DE SAÚDE		
<b>SUBTOTAL</b>		
<b>VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL</b>		
<b>PEDREIRO</b>		<b>PREÇO (R\$)</b>
<b>I – MÃO DE OBRA / SALÁRIO</b>		

II – ENCARGOS SOCIAIS	
III – DEMAIS COMPONENTES	
IV – TOTAL DOS TRIBUTOS	
V – INSUMOS	
<b>VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V)</b>	

**E) ENCARGADO DE MANUTENÇÃO:**

I – MÃO DE OBRA / REMUNERAÇÃO		
PRESTADORES DE SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO		
Adicional noturno	---	
Adicional periculosidade	---	
Adicional de insalubridade	---	
Outros (especificar)	---	
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
II – ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
INSS	20,00	
FGTS	8,00	
SESI OU SESC	1,50	
SENAI OU SENAC	1,00	
INCRA	0,20	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	
SEBRAE	0,60	
SEGURO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO	1,00	
TOTAL	34,80	
GRUPO B – Descrição	PERCENTUAL(%)	PREÇOS (R\$)
FÉRIAS	11,11	
FALTAS LEGAIS	0,28	
13º SALÁRIO	8,33	
AUXILIO DOENÇA	1,39	
LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE	0,02	
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	1,94	

ACIDENTE DE TRABALHO	0,33	
<b>TOTAL</b>	<b>23,40</b>	
<b>GRUPO C – Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇOS (R\$)</b>
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)	4,20	
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42	
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,17	
INCIDÊNCIA DO FGTS S/ O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,03	
<b>TOTAL</b>	<b>4,82</b>	
<b>GRUPO D – Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇOS (R\$)</b>
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A x GRUPO B)	8,14	
<b>TOTAL DE ENCARGOS (A+B+C+D)</b>	<b>71,16</b>	
<b>III – DEMAIS COMPONENTES</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
LUCRO	10,000	
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS	5,000	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>15,000</b>	
<b>IV – TRIBUTOS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>PERCENTUAL(%)</b>	<b>PREÇO (R\$)</b>
ISS	5,00	
PIS	1,65	
COFINS	7,60	
IR	---	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>14,25</b>	
<b>V – INSUMOS</b>		
	<b>PREÇO (R\$)</b>	
VALE ALIMENTAÇÃO		
VALE TRANSPORTE		
SEGUROS DE VIDA/GRUPO		
PLANO DE SAÚDE		
<b>SUBTOTAL</b>		
<b>VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL</b>		
<b>ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO</b>		<b>PREÇO (R\$)</b>

I – MÃO DE OBRA / SALÁRIO	
II – ENCARGOS SOCIAIS	
III – DEMAIS COMPONENTES	
IV – TOTAL DOS TRIBUTOS	
V – INSUMOS	
<b>VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V)</b>	

8.1.2 – PLANILHA TOTALIZADORA				
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL / SERVIÇO	EFETIVO	VALOR TOTAL MENSAL UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)
01	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	02		
02	BOMBEIRO HIDRÁULICO – PLANTÃO 12 X 36 H	02		
03	ELETRICISTA – PLANTÃO 12 X 36 H	02		
04	PEDREIRO	01		
05	ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	01		
VALOR MENSAL ESTIMADO DO CONTRATO				

Obs.: Código SIASG 1627

8.1.3 - O valor total MENSAL estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

8.1.4 - O valor GLOBAL estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

8.1.5 - O valor da hora extra para cada categoria profissional é:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
		50%	100%
01	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO		
02	BOMBEIRO HIDRÁULICO – PLANTÃO 12 X 36 H		
03	ELETRICISTA - PLANTÃO 12 X 36 H		
04	PEDREIRO		
05	ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO		

8.1.6 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado;

8.1.7 – Os valores referentes às horas extras não integram a Planilha Totalizadora dos preços da mão de obra, prevista no subitem 8.1.2 desta Cláusula.

## 8.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal **por ela** apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e

acompanhamento da execução do contrato, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

8.2.1.1 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

8.2.1.2 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 8.2.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

8.2.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no Centro Cultural Justiça Federal, localizado na Avenida Rio Branco, nº 241 - Cinelândia - Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (duas) vias, acompanhado das seguintes peças:

8.2.2.1 - **Folha de Pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços**, referente aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços no Centro Cultural Justiça Federal;

a) A folha de pagamento, mencionada no subitem anterior, deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo CCJF, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor.

8.2.2.2 - **Comprovante de recolhimento de encargos sociais** (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha de pagamento do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

8.2.2.3 - **Comprovantes de entrega dos vales transporte e vales alimentação** aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do CCJF, correspondente ao mês do respectivo documento fiscal;

8.2.2.4 - **Quadro resumo de frequências e faltas** referentes ao mês.

8.2.2.5 - **Relatório Técnico Mensal**, discriminado no item 7.22 deste Contrato, sendo condição para viabilizar o atesto do documento fiscal.

8.2.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

8.2.4 - Para fins do disposto no subitem 8.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

8.2.5 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento

fiscal.

8.2.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão 964/2012-Plenário-TCU.

8.2.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

8.2.7 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 8.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

8.2.8 - No primeiro e no último mês de vigência do Contrato, os valores serão rateados à base de 1/30 (*um trinta avos*) por dia, do valor mensal.

### 8.3 – DA REPACTUAÇÃO:

8.3.1 – É admitida repactuação dos preços deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (*um*) ano.

8.3.1.1 - O interregno mínimo de 01 (*um*) ano para a primeira repactuação será contado, em relação aos custos com a execução de serviços decorrentes do mercado, tais como materiais e equipamentos, a partir da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

b) Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à Contratada comprovar a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pelo Contratante, da pertinência das informações prestadas.

8.3.2 - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (*um*) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

8.3.3 - As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

8.3.4 - As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, de novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em

cada um dos itens da planilha a serem alterados.

8.3.5 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de condições ou benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

8.3.6 - Quando da solicitação, a repactuação somente será concedida, considerando-se:

8.3.6.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos do Contratante;

8.3.6.2 - as particularidades do Contrato em vigência;

8.3.6.3 - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

8.3.6.4 - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

8.3.6.5 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

8.3.6.6 - a disponibilidade orçamentária do Contratante.

8.3.7 - O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

8.3.8 - Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão suas vigências iniciadas:

8.3.8.1 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

8.3.8.2 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;

8.3.8.3 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

8.3.9 - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

#### **8.4 – DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

8.4.1 - Será retido do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

8.4.1.1 - Férias;

8.4.1.2 - 1/3 constitucional;

8.4.1.3 - 13º Salário;

8.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

8.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

8.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados.

Percentuais para retenção conforme Resoluções nº 169/2013 e 183/2013-CNJ e IN 001/2013-CJF	
Rubrica	%
Férias + 1/3 constitucional	12,12
13º Salário	9,09
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,36
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	X
Total	25,57 + X

8.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 8.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

8.4.3.1 – Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

8.4.4 - Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

8.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de Termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

8.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita à aplicação da multa moratória de que trata o item 11.4 do presente Contrato.

8.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

8.4.8 - A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

8.4.9 – Durante a execução do Contrato, a Contratada poderá solicitar autorização do Contratante para:

8.4.9.1 – resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 8.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de



empregados alocados nas dependências do CCJF e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (*um*) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

8.4.9.2 – movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do CCJF, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

8.4.9.3 - Nas hipóteses no subitem 8.4.9.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

- a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

8.4.10 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para

movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 8.4.1.

8.4.11 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 8.4.9.1 após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

8.4.12 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resolução nº 183/2013, de 24/10/2013, do mesmo Conselho, e da IN 001, de 11/04/2013 do Conselho da Justiça Federal deverão ser observados na execução contratual.

#### **9 - CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
02.061.0569.4257.6013	33.90.37.04	085.389	

9.2 - Na parcela referente ao exercício de 2016, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES:**

10.1 - O não cumprimento de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato sujeitará a Contratada às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

10.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

10.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;

b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;

c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

10.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

10.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida.

10.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 10.3 e 10.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.6 - Se as multas dispostas nos itens 10.3 e 10.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

10.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

10.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

10.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

10.10 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

10.11 – Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

#### 11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO:

11.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

11.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

11.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### 12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

12.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2015, e seus Anexos I, II, III, IV, V e VI;
- b) Proposta datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_ do Processo;
- c) CERTIFICADO DE VISTORIA, se houver, fornecido pelo Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, juntado à fl. \_\_\_\_ do Processo.

13.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:**

13.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

13.2 – Compete à fiscalização, entre outras atribuições:

13.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

13.2.2 – Ordenar à Contratada corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

13.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

13.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

14.1 - O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

14.2 - A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

14.3 – A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (três) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

14.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

14.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

14.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante

a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima Primeira do presente Contrato.

14.7 - Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

14.8 - Excepcionalmente, poder-se-á admitir a redução parcial dos custos não renováveis já pagos ou amortizados, desde que demonstrada a vantajosidade na manutenção do Contrato.

#### 15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECEBIMENTO:

15.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei nº 8883/94, o objeto da presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

15.1.1 – **Provisoriamente** - imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

15.1.2 - **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo por motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

15.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva do serviço, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

15.3 – Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços e materiais prestados/empregados se encontram com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação, por escrito, à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

15.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### 16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

16.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada deverá fornecer Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

16.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

#### 17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

17.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei nº 9.069 de 29/06/95 e Lei nº 10192 de 14/02/2001.

17.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

17.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

17.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Dom Gerardo, n.º 46, 12º andar), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

**18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

**19 – CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro,                      de                      de 2015.

\_\_\_\_\_  
DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Presidente

\_\_\_\_\_  
NOME  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)